



ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA, DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2015.

Aos dezessete dias do mês de novembro de 2015, às onze horas e vinte minutos, na sala de reuniões das comissões, foi aberta pelo Senhor Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF, Deputado Agaciel Maia, a décima primeira Reunião Extraordinária da Comissão, com a presença dos Deputados Wasny de Roure, Profº Israel Batista e Julio Cesar; posteriormente com a do Deputado Rafael Prudente. Os trabalhos foram iniciados passando-se ao primeiro item, dos Comunicados, ocasião em que o Presidente informou aos Parlamentares e aos demais interessados que no dia 24.11.2015, terça-feira seguinte, haveria reunião extraordinária desta Comissão para apreciação e votação dos pareceres parciais ao Projeto de Lei do Orçamento Anual 2016 e do PPA 2016/2019, bem como relatou que o Poder Executivo encaminhou, por meio de Ofício, a resposta ao documento oriundo desta Comissão que solicitava esclarecimentos sobre as providências tomadas pelo GDF relativas ao evento da Audio Mix, no Estádio Mané Garrincha, que acarretou estrago ao gramado. O Presidente fez a entrega do Ofício do Executivo ao Deputado Julio Cesar, lembrando que o questionamento do assunto teria sido dele, com a devida aprovação dos membros da Comissão. O Deputado Julio Cesar ao receber o documento, disse que iria analisá-lo e levaria aos colegas, na próxima reunião, as informações pertinentes. O Deputado Wasny de Roure manifestou-se solicitando uma cópia do referido documento, logo acatada pelo Sr. Presidente e estendida aos demais Parlamentares, membros da CEOF. O Deputado Wasny de Roure aproveitou a oportunidade e expôs que gostaria de fazer duas considerações antes de ser iniciada a pauta da reunião: a primeira referiu-se ao Projeto de Lei nº 726, de 2015, encaminhado pelo Poder Executivo, que trata do Código de Trânsito Brasileiro e do RIT, cuja matéria propõe uma taxa de cobrança; no entanto, não houve designação para que a CEOF fizesse a apreciação do mesmo; a segunda abordou Ofício que ele expediu ao Sr. Governador do DF, com cópias para o Sr. Secretário de Fazenda e para o Sr. Presidente do TCDF, alertando para a necessidade de o Governo do Distrito Federal, ao fazer a execução do Fundo Constitucional do DF, solicitar à SOF o remanejamento de rubricas. O Presidente, Deputado Agaciel Maia, acatando a sugestão do Deputado Wasny de Roure, solicitou à assessoria da Comissão que tomasse as providências junto ao setor responsável para que fosse incluída, na tramitação do Projeto de Lei nº 726, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças-CEOF. O Deputado Julio Cesar, com o uso da palavra, parabenizou o colega Deputado Wasny de Roure pela contribuição frente ao GDF. Em seguida, ainda com a palavra, o Deputado Julio Cesar solicitou ao Sr. Presidente, que o **primeiro item** da pauta a ser analisado, o **Projeto de Lei nº 824, de 2012**, autoria da Deputada Celina Leão e relatoria do Deputado Wasny de Roure, fosse concedido a ele **pedido de vista**, tendo sido acatado pelo Sr. Presidente. Dando continuidade, passou-se ao **Item nº 2**, discussão e votação do parecer ao **Projeto de Lei nº 1.302, de 2012**, de autoria do Deputado Dr. Michel, que "dispõe sobre o uso das faixas exclusivas de ônibus do Distrito Federal por



veículos que especifica e dá outras providências”, relator Deputado Wasny de Roure. O Deputado Julio Cesar solicitou **vista do mencionado Projeto**, tendo sido **concedida** pelo Sr. Presidente. Em apreciação o **Item nº 3**, discussão e votação do parecer ao **Projeto de Lei nº 96, de 2015**, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “dispõe sobre a proibição de transporte de passageiros em pé nos veículos que integram o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, e dá outras providências”, relator Deputado Prof. Israel. Após a leitura do parecer, pela admissibilidade e aprovação, e não havendo quem quisesse discutir, iniciou-se o processo de votação, tendo sido **aprovado** com quatro votos favoráveis e uma ausência. A seguir, apreciação do **item nº 4**, discussão e votação do parecer ao **Projeto de Lei nº 138, de 2015**, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “dispõe sobre o reconhecimento de isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA aos ônibus, micro-ônibus e outros veículos destinados ao transporte coletivo escolar”, relatoria do Deputado Julio Cesar. Após a leitura do parecer e manifestação do Deputado Wasny de Roure, o parecer, pela admissibilidade e aprovação, foi colocado em votação, tendo sido **aprovado** com quatro votos favoráveis e uma ausência. Em seguida, iniciou-se a apreciação do **item nº 5**, discussão e votação do parecer ao **Projeto de Lei nº 635, de 2015**, de autoria da Deputada Celina Leão, que “altera a Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências”, relator Deputado Julio Cesar. Com a palavra, o relator solicitou a retirada do referido projeto da pauta, a pedido da autora, esclarecendo que iria rerepresentá-lo na próxima reunião. O Presidente, Deputado Agaciel Maia acatou a solicitação, **retirando-o de pauta**. Neste momento, a Presidência da Comissão foi passada ao Sr. Vice-Presidente, Deputado Rafael Prudente, uma vez que o Deputado Agaciel Maia, era o relator dos itens seguintes. Em apreciação o **item nº 6**, discussão e votação do parecer ao **Projeto de Lei nº 1.618, de 2013**, de autoria do Deputado Joe Valle, que “altera a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, e dá outras providências”, relator Deputado Agaciel Maia. Após a leitura do parecer, pela admissibilidade e aprovação, e colocado em votação, **foi aprovado** com cinco votos favoráveis. Em seguida, apreciação do **item nº 7**, discussão e votação do parecer **à Subemenda nº 5 (modificativa)**, de autoria da Deputada Liliane Roriz, **à Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 646, de 2015**, que “dispõe sobre o processo de liquidação da Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB, e dá outras providências”, relator Deputado Agaciel Maia. Após a leitura do parecer e entendimentos entre o Deputado Wasny de Roure e o Sr. relator acerca do regime que seria adotado na incorporação dos servidores da SAB, o parecer, pela admissibilidade e aprovação da Subemenda nº 5 (modificativa) à Emenda nº 1 apresentada, foi colocado em votação, tendo sido **aprovado** com cinco votos favoráveis. Dando continuidade, passou-se ao **item nº 8**, discussão e votação do parecer ao **Projeto de Lei nº 744, de 2015**, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.269, de 30 de dezembro de 2003, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Serviços – ISS, às atividades que especifica”, relator Deputado Agaciel Maia. Lido o parecer, o Deputado Wasny de Roure solicitou a palavra,



informando que pediria destaque da emenda apresentada por entender que o aumento da alíquota do ISS, relativo aos serviços Cartoriais, acabaria sendo repassado ao consumidor. Com a palavra o Deputado Julio Cesar relatou que diante da colocação do Deputado Wasny de Roure e, de acordo com a Comissão, ele estava retirando a emenda por ele apresentada. O relator, Deputado Agaciel Maia, esclareceu, na oportunidade, que, diante da retirada da emenda de autoria do Deputado Julio Cesar, o seu parecer passaria a ser pela admissibilidade e aprovação, na forma original do referido projeto. Colocado em votação, o parecer ao Projeto de Lei nº 744/2015, **foi aprovado** com cinco votos favoráveis. Para dar continuidade, assumiu a Presidência o nobre Deputado Agaciel Maia, informando que a seguir, seriam apreciadas, em bloco, duas Indicações: **Item nº 9**, discussão e votação da **Indicação nº 5.871, de 2015**, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "sugere ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização, o encaminhamento de projeto de lei a esta Casa, definindo normas de gratificação aos servidores da segurança pública do Distrito Federal, por ocasião do comparecimento a audiências à Justiça ou órgão similar para prestar depoimento como condutor de testemunha ou vítima de atos praticados em razão da função institucional" e o **Item nº 10**, discussão e votação da **Indicação nº 5.948, de 2015**, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, a implantação de mais creches na Região Administrativa de Sobradinho". **As indicações acima** mencionadas foram colocadas em votação, tendo sido **aprovadas** com cinco votos favoráveis. Novamente, o Deputado Rafael Prudente assumiu a Presidência, tendo em vista que a Indicação relativa ao item 11 da pauta, é de autoria do Deputado Agaciel Maia. Na sequência, o Presidente colocou em apreciação o **item 11**, discussão e votação da **Indicação nº 5.960, de 2015**, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "sugere ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal que encaminhe a esta Casa Legislativa projeto de lei visando suprir o § 2º do art. 1º da Lei Complementar nº 710, de 6 de setembro de 2005, que dispõe sobre os projetos urbanísticos com diretrizes especiais para unidades autônomas". Iniciado o processo de votação, a Indicação foi **aprovada** com cinco votos favoráveis. Em seguida o Presidente concedeu a palavra ao Deputado Julio Cesar quem informou: que iria requerer, para o próximo ano, a transformação de reunião desta Comissão em comissão geral para prestação de contas e apreciação dos investimentos financeiros e das dificuldades encontradas para o planejamento do ano 2016, da Defensoria Pública do Distrito Federal; bem como registrou a presença do Sr. Pedro, integrante da comissão de aprovados no concurso de Auditor de Controle Interno do Distrito Federal, informando que gostaria de requerer no âmbito desta Comissão, informações junto à Secretaria de Planejamento sobre o andamento da homologação do concurso. Com a palavra, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e, nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a presente Reunião Extraordinária da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, às doze horas e quatorze minutos. Eu, Leonira Bernardes Paulino _____, Secretária desta Comissão, lavro a presente Ata, que, após lida e aprovada será assinada pelo Presidente.



Deputado AGACIEL MAIA
Presidente

PUBLICADA NO DCL Nº 34, DE 24/02/2016, PÁGINAS 39 A 42.